

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.569 - SP (2019/0219005-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : TIM CELULAR S.A
ADVOGADOS : MARCO VANIN GASPARETTI - SP207221
MARINA CAVALCANTE TAVARES CALABUIG - SP286836
BEATRIZ HOMEM DE MELLO BIANCHI - SP319124
AGRAVADO : CSA REPRESENTACOES DE ELETRONICOS LTDA - EPP
ADVOGADO : DEVAL TRINCA FILHO - SP104558

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Indenização - Rescisão contratual - Representação comercial e outros - Apuração de haveres - Prova pericial - Sentença que deu correto desate ao litígio - Ratificação nos moldes do art. 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça - Recurso improvido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 371 e 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil; 27, "j", 34 e 36 da Lei n. 4.886/65.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 489 do CPC.

Além disso, o recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma que não havia motivos para a rejeição de laudo pericial complementar a fim de comprovar créditos e débitos entre as partes. A respeito da matéria, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 1.575):

Como se constata dos autos, a prova pericial, única requerida e produzida pelas partes, foi realizada em duas etapas: a primeira com

a conclusão do laudo de fls. 751 e, após várias intimações da ré para apresentar documentos, concluiu o perito seu laudo complementar a fls. 1305/1306.

No primeiro laudo conclui o perito que a ré deve à autora a quantia atualizada de R\$ 111.889,30.

Na complementação do laudo (fls. 1305/1306) apresenta dois cálculos que não alteram os valores do primeiro laudo, ou seja, que a autora é credora da ré da quantia de R\$ 91.064,25, já descontado o crédito da ré para com a autora no valor de R\$ 12.780,05.

A alegação da apelante de que não se considerou a complementação pericial de fls. 1301/1307 é equivocada, tanto assim que subtraiu do valor devido o crédito da ré no valor de R\$ 12.780,05, quantia esta reconhecida pelas partes e apurada na complementação de fls. 1306.

Vale destacar que o referido laudo complementar não afirmou que a apelante nada deve à apelada e, que na realidade, possui um saldo a seu favor de R\$ 12.780,05. A peça complementar esclarece desde logo que: "Primeiramente, o signatário deixa consignado que a interpretação de cláusulas dos referidos "Contratos" e do documento denominado "Regras e Procedimentos Comerciais" extrapola o âmbito técnico da Perícia Contábil. Deste modo, a perícia elaborou dois cálculos, os quais ficam subjugados ao convencimento do E. Juízo a saber: (..)"

E, dessa forma, o perito apresentou um primeiro cálculo, considerando o pleito da requerente, que apelante deveria ser condenada ao pagamento de R\$ 91.064,25 e outro considerando o pleito da requerida, que esta seria credora da importância de R\$ 12.780,05.

Com isso, a conclusão a que se chega é que foi dado correto desate ao litígio, não merecendo a r. sentença qualquer reparo.

Afastar essas conclusões é inviável em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora